



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570725 - DF (2020/0080042-6)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : ANANIAS CLAUDINO DE ARAUJO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : ANANIAS CLAUDINO DE ARAUJO - DF041362  
CRISTINA PEIXOTO DE ARAUJO - DF050437  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITORIOS  
**PACIENTE** : JAINE NAIARA DOS SANTOS PINTO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

### DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado em benefício de JAINE NAIARA DOS SANTOS PINTO contra decisão de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que indeferiu pedido liminar no HC n. 0706931-11.2020.8.07.0000.

Extraí-se dos autos que a paciente foi denunciada e presa preventivamente em 20/03/2020 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, II, do Código Penal (roubo qualificado por concurso de agentes e uso de arma de fogo).

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário, cuja liminar foi indeferida em decisão acostada às fls. 277/281.

No presente *writ*, o impetrante alega que a paciente é mãe de dois filhos menores de 12 anos, com idades de 2 e 4 anos, bem como está gestante de 7 meses.

Diante desses fatos, requer a prisão domiciliar, com base nos arts. 317 e 318 do CPP.

Afirma que o crime em tese, não foi praticado com violência ou grave ameaça. Aduz que não há impedimento em conceder a prisão domiciliar à paciente diante do HC coletivo n. 143.641/SP do STF, que determinou a substituição da prisão preventiva por domiciliar a todas as gestante e mães de crianças até 12 anos de idade, ou pessoas com deficiência, sem prejuízo das medidas alternativas do art. 319 do CPP.

Pondera, ainda, o risco de contaminação pelo vírus Covid-19 e invoca a aplicação da Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, destacando que a paciente pertence ao grupo de risco de agravamento da doença, por estar em estado avançado da gestação.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela revogação da prisão preventiva, nos termos do art. 318, V, do Código de Processo Penal e HC 143.641/SP. Subsidiariamente, em razão do novo coronavírus (Covid-19), pugna pela concessão da liberdade ou prisão domiciliar, sem prejuízo de outras medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório.

Decido.

A jurisprudência desta Corte Superior, aplicando por analogia o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, firmou-se no sentido de não conhecer de *mandamus* impetrado contra decisão que indefere liminar na origem, excetuados os casos nos quais, de plano, é possível identificar flagrante ilegalidade ou teratologia do referido *decisum*.

Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:

**AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.**

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

2. Em sede de habeas corpus não é possível conhecer de tema não decidido na origem sob pena de supressão de instância.

2. Cabe ao impetrante o escorreito aparelhamento do remédio heroico demonstrando por meio de prova pré-constituída o alegado constrangimento ilegal.

3. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 16/03/2016).

**AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio *mandamus*, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio *mandamus*,

*tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.*

3. *Agravo regimental improvido* (AgRg no HC 345.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 24/02/2016).

Na hipótese, ao menos em juízo perfunctório, não vislumbro a possibilidade de superação do mencionado enunciado sumular. Note-se que o indeferimento da tutela de urgência pautou-se em fundamentação idônea ao afirmar que o constrangimento ilegal aventado pelo impetrante não estava manifesto e detectável de plano, de modo que a análise das alegações foi reservada ao colegiado.

Assim, de acordo com a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a fim de evitar indevida supressão de instância, deve-se aguardar o julgamento de mérito da impetração pela Corte de origem.

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik  
Relator